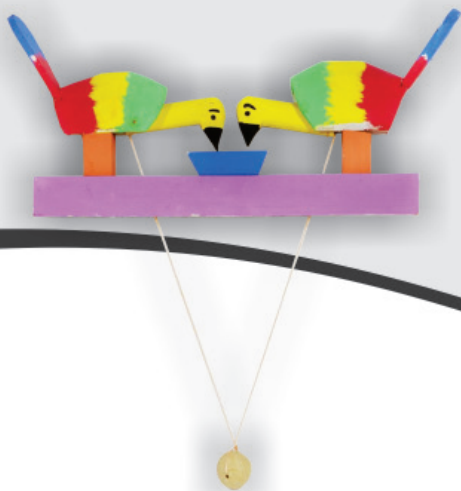


AMAZÔNIA: UMA PÁGINA AINDA ESCRITA EM GARRANCHOS*

AMAZON: A PAGE STILL WRITTEN IN SCRAWLS

Lúcio Flávio Pinto**



Resumo:

Este discurso aponta para algumas das questões tão cruciais da Amazônia: suas riquezas e o modo como temos lidado com elas, no que tange à produção do conhecimento, exploração dos recursos – fauna, flora e minérios –, e à efetivação de uma consciência nativa de tudo isso e do papel que podemos/devemos assumir para a construção de uma Amazônia que não repita os problemas ocorridos na África e na Ásia. Aborda o reconhecimento tardio e equivocado, por parte do governo central, da Amazônia, mais especificamente do Pará; o descompasso entre o conhecimento gestado entre paredes e o conhecimento que é fruto da observação do homem que lida com a natureza e aprende na prática como suas leis funcionam. Enfim, trata-se da socialização de uma angústia com o fim de provocar uma escrita diferente da história da Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia, Riquezas, História.

ABSTRACT:

This discourse points to some of the crucial issues related to Amazon: its wealth and how we have dealt with them, concerning to the production of knowledge, the exploitation of its resources – fauna, flora and ores – and the activation of a native consciousness of it all and the role we can / should take to build an Amazon that does not repeat the problems that occurred in Africa and Asia. It approaches the late and erroneous recognition of the Amazon, specifically of Para, by the central government; the mismatch between knowledge built between walls and the knowledge that is the result of the observation of the man who deals with nature and learns in practice how its laws work. Finally, it is the socialization of a kind of anguish in order to provoke a different way of writing the history of Amazon.

Key-words: Amazon; Wealth; History.

* Pronunciamento feito de improviso.

** Jornalista. Autor de diversos livros sobre meio ambiente e Amazônia. Foi correspondente na região do jornal O Estado de S. Paulo e repórter dos jornais O Liberal e A Província do Pará. Desde 1987, publica o Jornal Pessoal, quinzenário individual que circula em Belém sem qualquer tipo de publicidade, e que tem como diferencial em relação ao restante da imprensa paraense o não alinhamento a nenhum dos grupos políticos e empresariais do estado. Foi professor do curso de jornalismo da Universidade Federal do Pará. Recebeu quatro prêmios Esso e dois Fenaj, da Federação Nacional dos Jornalistas, que em 1988 considerou o Jornal Pessoal a melhor publicação do Norte e Nordeste do país. Em 1997, ganhou o prêmio Colombe d'Oro per la Pace, dado anualmente pela organização não governamental italiana Archivio Disarmo a personalidades e órgãos de imprensa que tenham uma contribuição significativa na promoção da paz. Ele venceu na categoria "jornal". Em 2005, foi premiado com o Internacional Press Freedom Award, da organização nova-iorquina Committee to Protect Journalists (CPJ), dado a jornalistas que tenham se destacado na defesa da liberdade de imprensa (<http://pt.wikipedia.org/>).

Quero aproveitar esta ocasião, o tema é bastante subjetivo e abre espaço a um jornalista que não se sente amarrado às bitolas acadêmicas. Como estávamos conversando antes, vou aqui me permitir contar histórias. Eu já sou um velho do ponto de vista legal, já posso entrar no ônibus sem pagar, posso entrar na fila dos idosos. E eu era jovem em 1966, quando fiz a minha primeira viagem de trabalho na Amazônia, para Muaná no Marajó. Muaná estava sofrendo uma das frequentes epidemias de malária, o que voltou a ocorrer em 2010, o que mostra que, passados 45 anos, nada mudou de baixo do sol, nada mudou em relação às expectativas do homem que está aqui há 8 mil anos, 10 mil anos, 12 mil anos e não apenas há 500 anos.

Quem for a Muaná, hoje, vai encontrar a malária, que é um acontecimento constante, e vai ver que dos 14 mil habitantes do município, 8 mil são pescadores. Talvez não haja tantos pescadores no mundo como hoje em Muaná. Mas boa parte do peixe de Muaná vai de Belém, do Ver-o-Peso, e os pescadores foram criados por uma mumunha, uma artimanha dos nossos tempos chamada de seguro defeso, que é uma das fontes de financiamento da campanha eleitoral deste ano.

Às vezes, eu me pergunto sobre essa sagacidade, inventividade, a pertinácia e a capacidade que os nossos políticos têm de roubar nos lugares mais miseráveis do país. Eles sempre conseguem inventar um fundo, uma bolsa, que é partilhada com os políticos ou as tecnocracias, e que sempre resulta em empobrecimento para os nativos ou, pelo menos, o não enriquecimento contabilizado nos números apresentados pelos governos.

Em 26 de outubro de 1966, estava no transatlântico Rosa da Fonseca com o presidente da república, que era o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, de Mecejana, no Ceará, e a elite política e econômica do Brasil. Eles traçavam os rumos da Operação Amazônia. Durante a viagem de Belém a Manaus, foram criados a Sudam e o Banco da Amazônia, reformulada a política de incentivos fiscais e desencadeada a corrida, a ocupação da última grande fronteira de recursos naturais do país. De lá para cá, o que nós conseguimos foi nos colocarmos como o povo que mais destruiu florestas na história da humanidade.

Nós sabemos que a história da humanidade é uma história de destruição de florestas. O homem consegue ser o homem agrícola, mas não tem conseguido ser o homem florestal. Nós, brasileiros, em função da tecnologia, conseguimos, em menos de meio século, alterar as condições da região, sobretudo destruindo a sua cobertura vegetal numa área equivalente a três vezes o tamanho do Estado de São Paulo, que, como todos nós sabemos, concentra um terço do PIB nacional e, como nem sempre sabemos, tem 41% do PIB científico.

A desconcentração econômica, observada nos últimos anos, tem tido uma relação inversa com a concentração do conhecimento, e é algo de que São Paulo abre mão. O estado líder da federação tem até cedido peso econômico, mas o peso científico, não; ele é crescente em São Paulo. São Paulo, tomada aqui simbolicamente, não como acusação a paulista - eu morei e me formei em São Paulo, sou-lhe grato, é a minha segunda terra - mas o paulista foi mais uma vez o capitão do mato nesse processo de destruição fantástico, assombroso e inacreditável que vitimou a Amazônia.

Essas minhas conversas com o público são mais uma tentativa de socializar a angústia, para que ela não se torne niilista, prostrante, imobilizante e negativista. Ao contrário, eu continuo a ser um otimista. No entanto, o balanço do que aconteceu desde então foi o recado que propus ontem sobre a intervenção, que eu nem sabia como ia ser. Foi o que restou da Amazônia. Nós, às vezes, nos deixamos levar por esses números quantitativos. Hoje, os maiores especialistas da Amazônia estão na frente de um computador, são os especialistas digitais. Os órgãos da burocracia em Brasília estão cheios dessas pessoas, competentes, de boa vontade, que têm uma parafernália para fazer tudo, menos intervir na realidade. Eles programam com imagem de satélite, com restituição de informação, com todas essas técnicas indiretas, programam tudo, menos intervir na Amazônia para impedir a destruição.

Eles têm uma macrocefalia e uma deficiência de braços. Dentre os poucos braços desse cérebro eletrônico, ainda há os corruptos, que são assim não por acaso, estão diante da realidade de uma riqueza enorme com um salário medíocre; são os fiscais. É a única informação real nesse processo digital, que vem de campo,

é a do fiscal, o menos afortunado dos servidores técnicos da burocracia do governo. Por isso, às vezes, eu baixo algum documento desses bonitos power points.

Um jornalista que não vê pelos próprios olhos e pode dizer “meninos, eu vi” não merece realizar o ofício. Comparando essas duas coisas, as bonitas e coloridas do power point e a realidade, vejo que estamos nos anestesiando, estamos vendo o que não é a realidade, o que não tem nada a ver com o que acontece na terra. O governo mostra que nos últimos dois anos o número do desmatamento caiu e até 2020 irão reduzir até oitenta por cento do desmatamento. Isso é ótimo, isso é nada. Porque o que desmatamos é um absurdo. Um absurdo que ainda hoje – e todos os anos – alguém derruba floresta para fazer pasto.

Em 1966, a primeira filosofia de penetração definitiva e irremediável da entrada do homem na Amazônia era a ocupação pela pecuária. E sempre ficou essa sensação de que quem escreveu essa filosofia foi o próprio boi. Uma filosofia bovina, a de achar que na Amazônia a sua floresta deveria ser derrubada para em seu lugar crescer pasto. Algumas pessoas dizem que isso não acontece mais. Isso continua a acontecer. E era inimaginável, então, que, em São Félix do Xingu, no centro da Terra do Meio, interflúvio da Amazônia, no lugar onde o Pará tem os seus limites naturais, dentro do seu próprio território, equivalente ao da Colômbia, hoje, tenhamos o maior município em rebanho de gado.

Ninguém, nem o mais perverso, nem o mais sádico dos personagens que faziam parte daquela época, que estavam tecendo o enredo, poderia dizer: ali vai ser o centro de pecuária e o mais importante município de pecuária do Pará. A perversão ultrapassa toda a capacidade de imaginação na Amazônia. É o que observa quem acompanha a realidade de perto, não através de métodos estruturalistas de selecionar, segmentar, seccionar a realidade, para, depois, juntar, projetar um espaço histórico com um conceito abstrato. Aquele que viu com os próprios olhos, andou, percebeu, conversou com as pessoas, testemunhou, tem uma sensação de que o grande problema da Amazônia é o descompasso entre o tempo da percepção e o tempo da ação. Há um descompasso brutal e, por mais que haja um esforço intelectual, alguns poderosíssimos, esse espaço

não diminui, esse buraco não é encurtado. Nós agimos letargicamente depois que o fato é consumado, o leite é derramado e Inês é morta. Como fazer para mudar a direção de um processo que acaba por sacrificar o que é amazônico dentro da Amazônia, e a Amazônia passa a ser igual a qualquer outra fronteira, despejada no seu maior conteúdo.

Ontem a www.efe.com.br divulgou um relatório mostrando a diversidade de seres novos que foram identificados e descritos nos últimos vinte anos. É uma coisa surpreendente, um por dia, e com recursos de pesquisa que são extremamente limitados. Essa Amazônia desaparece a cada dia diante daqueles que realmente têm o domínio desse sincronismo, ou seja, sabem o que está acontecendo no momento em que acontece, e são poucos os que têm esse poder, e por isso não abrem mão dele. Esse poder é baseado no controle da informação, que nunca foi tão controlado como nesta nossa época de mundo virtual, de acesso à rede mundial de computadores, de pessoas que sabem que estão reproduzindo, construindo, e refazendo destinos coloniais do passado.

A Amazônia foi poupada da tragédia africana e asiática, as colônias da Europa, mas ela não será nunca mais poupada, ela está sendo sacrificada, imolada. É por isso que a Fundação Rockefeller se tornou a maior financiadora do Cameron Townshend, um pastor bíblico, que tinha como ideal traduzir a Bíblia em todas as línguas do mundo, mas que, na verdade, estava tentando recuperar as informações que nós estamos destruindo progressivamente, de uma forma rapidíssima, e que talvez só sobrevivam na língua dos índios.

Nós precisamos sair de trás dos nossos computadores, deixar de olhar o mundo subindo e descendo de satélites, para ir aonde está acontecendo a história. A história da Amazônia é uma oportunidade rara. Nós todos, que somos intelectuais, ou seja, comemos três vezes por dia e podemos trabalhar com a cabeça, nós temos uma oportunidade que não é frequente, é rara no mundo, hoje, de fazer uma história diferente. É possível fazer uma história da Amazônia diferente da história da África e da Ásia. É a cada dia menos possível, porque, ao invés de ter na linha de frente fazendeiro, posseiro, quilombola, índio, minerador, nós devemos ter

a ciência. O cientista não é neutro, não está em uma catedral, é financiado por dinheiro, e, às vezes, o interesse do cientista é obscuro. Mas o conhecimento é a grande alavanca da Amazônia. Ao mesmo tempo em que está em ação uma tecnologia para destruir, existe também interesse mundial pela Amazônia. De alguma forma podemos utilizá-lo, com a oportunidade única de podermos colocar a razão na frente, não para vermos o cientista como o recolhedor dos rastros da destruição, como narrador dos fatos consumados, mas sim, o capaz de planejar, intervir, prever e de evitar.

Infelizmente, com dois por cento do orçamento de ciência e tecnologia para a Amazônia, isso é impossível, mas, acho que, mesmo que tivéssemos cinquenta por cento, continuaria sendo impossível, porque a ciência da Amazônia não pode ser essa que estamos acostumados a ver. Depois de tanto tempo pensando nisso, acho que deveríamos criar os kibutzim de ciência na Amazônia. As pessoas iriam fazer a sua graduação, pós-graduação, e outras graduações no centro dos acontecimentos: o engenheiro florestal, no lugar onde se dá o zoneamento ecológico e econômico, na diretriz científica, e não por qualquer programa das universidades. Ele demonstraria que o ditado popular não é mais válido, segundo qual “quem sabe faz, quem não sabe ensina”. Esse seria um cientista que aprende a fazer e faz melhor, e tem um efeito demonstrativo, mas não nesse projeto efeito demonstrativo do PPG7, que é para “inglês ver”. Mas, sim, no sentido demonstrativo da dialética do local, absorvendo esse conhecimento, que tem milhares de anos, e, ao mesmo tempo, introduzindo a ciência, como capaz de abreviar a tessitura do tempo.

Eu vou dar um exemplo bem simples. Em 1980, começou a circular a informação de que a cheia do Tocantins seria a maior de todos os tempos. Em Brasília, na Eletronorte, que era o órgão do poder federal mais atuante na região, dizia-se que a cheia estaria dentro dos parâmetros da ensecadeira principal de Tucuruí, projetada para 50 mil m³ de água por segundo. Num barco fretado, fui à região e encontrei um cidadão, que era de uma das famílias mais antigas, e era considerado um dos maiores conhecedores do assunto. Eu lhe perguntei se seria ou não a grande cheia. Ele respondeu que iria ser a maior de todas as cheias. Olhou para uma árvore e disse: está vendo aquela formiga, ela está

indo, naquela árvore, aonde ela nunca foi. Então, está indo lá para estocar comida, por causa da cheia e ela não vai poder descer e terá que se manter lá, e é lá que água vai.

Esse é um conhecimento que se multiplica quando incorporado à ciência, que processa o saber acumulado, de múltiplas origens e formas, processado com uma rapidez que as sociedades mais antigas não tinham, com a temporalidade da observação. Confirmou-se a grande cheia. O rio Tocantins teve vazão de 68.500 m³ por segundo. Quase a ensecadeira da Eletronorte foi arrastada, e tiveram que mobilizar todas as máquinas e todos os homens, 40 mil pessoas trabalhando para tentar salvar cinco anos de trabalho na engenharia mais avançada no rio Tocantins.

Esses choques mostram uma coisa que teimamos em reconhecer. Nós temos pouco a ver com o Brasil, nós somos o Brasil tardio. O Brasil só nos descobriu na Cabanagem, e fez uma interpretação completamente equivocada da Cabanagem, por isso o governo imperial autorizou as tropas inglesas a entrarem aqui, matarem os cabanos, pacificarem tudo e depois devolverem para o governo imperial, a partir de um entendimento secreto entre o nosso governante, que era um paulista, Antônio Feijó, um déspota esclarecido, com o embaixador da Inglaterra, no Rio de Janeiro. Só recentemente conseguimos saber disso, graças à descoberta, feita há seis anos, de documentos do almirantado inglês, que comandava a maior marinha do mundo na época.

Nós somos os brasileiros tardios, incompreendidos e maltratados. Antes de sermos nacionais já éramos internacionais. A internacionalização é uma característica na Amazônia, mais forte do que em qualquer outra região brasileira. O grande problema é que por causa da nossa madrastra intelectual, a geopolítica, nós achamos que devemos simplesmente dizer não a tudo que é internacional. Lembro de um seminário do NAEA, muitos anos atrás, em Santarém, em que alguém inventou a expressão “internalização”. Foi um escândalo. Porque ninguém sabia o que era “internalização”. Interpretou-se como internacionalização. Quase o NAEA foi proscrito para os quintos dos infernos por defender a internalização do desenvolvimento, entendida como internacionalização.

A internacionalização tem sido má, mas não pelos planos do tenente Maury ou pelo projeto da Hileia Amazônica, que era um belo projeto, distorcido por um mineiro que governou o Brasil em estado de sítio permanente, Arthur Bernardes. Nós passamos a interpretar a Amazônia pela cabeça de um cidadão como Arthur Bernardes, que só utilizou a Amazônia para criar a penitenciária agrária de Clevelândia, no Oiapoque, muito pior que outro campo de extermínio que ele adotou, a Ilha da Trindade. Nós pensamos pela cabeça do colonizador, sendo, como somos, colonizados. Não podemos continuar assim! Temos que enfrentar o interesse internacional. Nenhum país dominou a Amazônia. O Sivam foi criado a pretexto de que os Estados Unidos, a partir do plano Colômbia, pensando em invadir o Brasil, fez manobras militares na fronteira, manobras para as quais o Brasil foi convidado. Mas dessa o Brasil não participou, porque precisava criar o Sivam. Participava da Unitas sem precisar criar Sivam nenhum no sul.

Não é um país que nos ameaça, ao menos agora. Eu convido as pessoas a visitarem Carajás, Trombetas, a Albrás, Tucuruí. Os paraenses só são paraenses se forem a esses lugares. Se não, eles não têm consciência do tempo e da realidade. Lá está o maior trem de carga do mundo, que faz nove viagens por dia. Tem quatro quilômetros de extensão. Tinha trezentos e trinta vagões e passará a ter quatrocentos vagões. Ano passado, levou 100 milhões de toneladas de minério de ferro. Em 2015, vai levar 230 milhões, que é o dobro do que os Estados Unidos produziam no pós-guerra. Oitenta por cento vai para Ásia, sessenta por cento vai para China e vinte por cento para o Japão. É uma logística incrível e funciona numa lógica que anestesia a própria percepção. Você chega a Carajás e não consegue perceber o significado daquele processo todo e que sempre dá certo. Dá certo para garantir o melhor minério de ferro do mundo chegando ao país que hoje produz 38% do aço planeta. Nem os Estados Unidos com todo o seu poder imperial chegou a tal proporção. Então, nós juntamos de forma quase irremediável esse nosso surto de afluências, de enriquecimento, de consumismo, de elevação do salário a um país como a China. Quando Carajás começou – isso também parecia impossível – estava todo ele vinculado a entrar no mercado americano, por isso quem estava à frente era a United States Steel, a maior siderúrgica do mundo.

Hoje, não temos nada a ver com os Estados Unidos. A Steel saiu, não é mais nada no mundo siderúrgico. As grandes siderúrgicas são asiáticas e nesse processo cada um definiu o seu papel, menos nós. Eles definiram, vamos acabar com os imensos altos-fornos. Carajás contribuiu para isso. O minério de Carajás tem 65% a 67% de hematita pura, enquanto o minério australiano, nosso maior concorrente, tem metade. É o que permite, em quantidades enormes, por isso, é o maior trem de carga do planeta, chegar à China a um preço inferior ao da Austrália. Mas isso é uma façanha do chinês e seus aliados e não nossa. Enquanto eles faziam a redução direta ou diminuía os tamanhos dos altos-fornos de queimar o aço para muito menos, reduzindo os custos industriais, os custos de engenharia, nós não fazíamos nada, andávamos para trás.

Essa transformação que ocorreu tem uma lógica e uma lógica que funciona, mas nós não conseguimos participar dessa lógica, porque a velocidade é muito acelerada. Enquanto eles faziam a redução direta a gás ou energia elétrica, nós, que tínhamos Tucuruí, quarta maior hidrelétrica do mundo, passamos simplesmente a ser o terceiro maior exportador de energia bruta do país. Então, nós estamos mandando o nosso sangue, sangue mineral, uma hemorragia de riquezas incrível. Essa dinâmica é tal que o primeiro trem saiu de Carajás em fevereiro de 1984, quando a previsão era de que a jazida iria durar 400 anos, e a previsão hoje é que irá durar 80/100 anos.

E a imagem que eu estava falando do sol, da seca, era a imagem do Chile, quando eu estava vendo aqueles mineiros saindo de lá, de setecentos metros de profundidade, naquelas condições tão precárias. Eu fiquei pensando em todas as nossas minas. Nós temos sete minas no Pará a céu aberto, não tem nenhuma subterrânea. Não há esse risco, caminhada de alto teor na superfície, a mina a céu aberto. Por que nós não ganhamos nada nisso? Por que quem ganha só com isso é a Vale, que em 2005 foi a empresa que mais dividendos distribuiu no mundo e continua sendo das que mais distribuiu? Por que não fica aqui? Não está escrito nas estrelas que nós vamos ter um destino colonial igual ao da África e da Ásia. Mas está escrito nas estrelas que se nós não iluminarmos esse enredo com nossos próprios

interesses, com a contemporaneidade do mundo, capacidade de antever os fatos antes que eles se tornem consumados, nós vamos repetir essa história de maneira trágica. É muito ruim ter a oportunidade de fazer a história e escrevê-la com garranchos, vamos tornar

trágica a previsão que Euclides da Cunha fez, 100 anos atrás, de uma forma generosa. Que Deus não escreveu a última página de gênese, para que o homem escrevesse na Amazônia, e ela tem sido uma página cheia de garranchos. Vamos modificar essa escrita.